

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

5 a 14 de Fevereiro de 1993

Nº 74

ANGOLA: UNITA mantém a estratégia.

Ao anunciar a não participação dos quadros da UNITA na rodada de negociações prevista para o dia 10 de fevereiro, Savimbi deixou clara a sua opção pela manutenção da estratégia de obter ganhos militares capazes de proporcionar uma perspectiva melhor no jogo político-diplomático, adotada no momento em que recusou a aceitar o resultado das eleições. Porém, a escolha feita pela UNITA tem acarretado o surgimento de problemas não só internos mas também externos ao movimento.

Do ponto de vista interno, devemos ter sempre em mente a especificidade da figura de Jonas Savimbi no seio da UNITA, que torna impossível o benéfico surgimento de diferentes formas de pensamento no interior do movimento e, ao mesmo tempo, faz com que a UNITA atue em função da sua ambição pessoal. Prova disso é o retorno aos combates logo após a derrota do seu líder no campo eleitoral, pois de acordo com a lógica desenvolvida pela UNITA não haveria mais espaço a ser ocupado por Savimbi. Entretanto, a decisão de voltar à luta armada, com o objetivo de auferir ganhos políticos, ao invés de funcionar como fator de coesão, produziu uma ampliação de importantes fissuras já existentes no interior do movimento. Em decorrência disso, o número de dissidentes cresceu de forma alarmante, e não podemos afirmar que estes dissidentes saíram da UNITA por interesse em ocupar cargos no novo governo, como foi inicialmente apontado. Na verdade, o descontentamento interno pela perda da possibilidade de iniciar um processo de convivência política na sociedade angolana resultou na saída de importantes figuras da UNITA, que agora, segundo algumas informações de Luanda, pretendem formar uma "UNITA II" e lutar pela estabilização de regras democráticas no campo político. A manutenção da estratégia por parte de Savimbi deverá favorecer o crescimento do número de dissidentes que, conseqüentemente, fortalecerão os quadros da "UNITA II".

NESTA EDIÇÃO:

Angola: o medo dos vizinhos
p.01

A crise angolana no contexto da África Austral
p.02

As conseqüências da Convenção Nacional do MPD

p.11

Externamente, os últimos meses foram marcados pela ausência de críticas à UNITA, já que os observadores internacionais estavam empenhados no sucesso das negociações com o governo e por isso evitavam tecer comentários sobre os atores envolvidos na crise angolana. Todavia, a afirmação por parte de Jonas Savimbi de que a UNITA não participará da próxima rodada de negociações produziu uma grande indignação nos principais articuladores dessa reunião e contribuiu para fortalecer a idéia de que um possível reconhecimento do governo angolano por parte da administração Clinton será o suficiente para causar uma reformulação na linha de atuação da UNITA, ou talvez uma divisão de grandes proporções, que viria a impossibilitar a continuação da guerra nos parâmetros atuais. A UNITA, que já no período pré-eleitoral vinha perdendo espaço para o seu rival no campo internacional, tende a ficar cada vez mais isolada com a opção feita. Este isolamento explica o surgimento da idéia de uma divisão étnico-regional em Angola, que viria aos desejos do seu poderoso aliado do sul. (pp.01 a 10) M.B.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Novas negociações de paz possíveis dia 15

TERÇA-FEIRA, 9 FEVEREIRO 1992

PÚBLICO

Ataque ao Uíje embaraça Luanda

António Matos,
em Luanda

O bombardeamento do Uíje feito pela aviação do Governo está a revelar-se embaraçoso. Há sinais de paz — um próximo encontro entre a UNITA e o Governo pode acontecer no dia 15. E de guerra — nessa data deve ser aprovada a lei do serviço militar obrigatório por um mínimo de três anos.

O bombardeamento do aeroporto do Uíje, ocorrido domingo de manhã, momentos antes da libertação, pela UNITA, dos 21 trabalhadores que ficaram nas mãos deste movimento armado depois do ataque à região petrolífera do Soyo, causou embaraços ao Governo angolano.

A acção, testemunhada pelos prisioneiros, entre os quais 14 portugueses, e filmada pela estação de TV portuguesa SIC foi realizada pela aviação governamental.

Domingo, o Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA) desmentiu o bombardeamento, atitude que não seria sustentada face aos testemunhos entretanto surgidos. O general Cirilo de Sá "Ita", das FAA, deu

ontem ao correspondente da RTP em Luanda a versão governamental do incidente.

Explicando que a libertação dos estrangeiros resultou de uma acção concertada entre a UNITA, o Governo, a Cruz Vermelha e a direcção da empresa petrolífera belga FINA, este general disse que os aviões MiG descolaram de Luanda depois de se verificar a aterragem de um avião não prevista no Uíje, cidade controlada pela UNITA desde os últimos dias de Novembro de 1992.

Os MiG, ainda segundo o general "Ita", seriam visados pela artilharia anti-aérea da UNITA e repostariam.

Interrogado sobre o bombardeamento ao aeroporto do Uíje, por ocasião do embarque dos 21 estrangeiros, um dirigente da UNITA, António Dembo, disse que "como o Governo de Luanda não respeita os Direitos do Homem, não resta nenhuma outra solução senão a de pegar em armas".

Um ex-refém, de nacionalidade britânica, foi ferido ligeiramente e um membro da UNITA foi morto domingo durante um ataque ao aeroporto daquela cidade, controlada pelas forças de Jonas Savimbi, disse uma fonte da empresa belga Petrofina, citada pela AFP.

ARMANDO FRANCA/AP



Benguela depois da batalha: uma imagem que se repete por muitas cidades de Angola

Um pequeno estilhaço atingiu Mike Vernon, trabalhador da sociedade de serviços Weatherford, numa perna, durante o bombardeamento dos aviões governamentais à pista.

Religiosa portuguesa morta

Vítima de bombardeamentos, segundo a UNITA, uma freira portuguesa morreu na sequência dos combates no Huambo, a capital do Planalto Central, que continua a ter a população

mais sacrificada pela guerra.

O PÚBLICO apurou na capital angolana que Marta Henriques da Silva era missionária da congregação do Espírito Santo e a sua morte ocorreu em meados de Janeiro.

Na capital, o ensurdecedor ruído dos MiG voltou a fazer parte do quotidiano dos seus habitantes, que nem na praia são poupados. Ainda no domingo, ao fim da manhã, um desses caças fez um voo rasante sobre as praias da Ilha de Luanda, deixando todos perplexos.

Ontem, com o regresso à capital angolana da britânica Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU, voltaram à ordem do dia os esforços diplomáticos para a realização da segunda ronda de negociações entre a UNITA e o Governo. Inicialmente marcada para amanhã, o novo encontro foi adiado por iniciativa da organização rebelde.

A direcção do partido de Jonas Savimbi disse não ter tido ainda contacto com a delegação que participou no primeiro en-

contro, em Adis Abeba, há duas semanas, justificando assim o adiamento. Depois de dois contactos entre Margaret Anstee e Jaka Jamba, incumbido por Savimbi de preparar a próxima ronda negocial, admitia-se ontem em Luanda que o Governo e a UNITA poderiam voltar à capital etíope no próximo dia 15.

O dia 15 é também a data apontada para o plenário da Assembleia Nacional que deverá, então, aprovar a legislação militar proposta pelo Governo. Ontem, o Conselho de Ministros concluiu o projecto de lei sobre o serviço militar obrigatório, a que ficarão obrigados todos os cidadãos angolanos do sexo masculino entre os 20 e os 35 anos.

O tempo mínimo de serviço militar será de três anos, para o Exército, cumprindo os cidadãos a incorporar na Marinha e na Força Aérea um mínimo de quatro anos. Não existe uma estimativa do número de angolanos atingidos por esta lei. Este pode ser um sinal de que a guerra está para durar, já que o serviço

militar obrigatório terminaria com a assinatura dos acordos de paz e durante a formação das FAA admitia-se que não voltaria a vigorar senão a meio da década.

Entrevistado pela rádio Vorgan, em Uíje, o vice-presidente da organização de Savimbi, general António Dembo, afirmou que "a continuação da guerra em Angola é a única solução para a crise política e militar" e que a UNITA "está pronta a prosseguir as suas actividades militares contra o Governo de Eduardo dos Santos". ■

EXPRESSO 6-2-83

O vazio

WARREN Christopher, o novo secretário do Departamento de Estado da Administração Clinton, defendeu perante o Congresso norte-americano, durante as audiências para a sua confirmação, que as Nações Unidas têm um «papel mais forte, mais robusto» a desempenhar na nova desordem internacional.

No início desta semana, no seu encontro com o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, o novo secretário de Estado reafirmou a sua posição, sublinhando também que a ONU terá progressiva, mas rapidamente, de assumir um papel mais empenhado na Somália e eventualmente noutros pontos do mundo. As esperanças da Administração Clinton numa

lítica de segurança colectiva baseada nas Nações Unidas poderão ficar completamente frustradas se o Fórum das Nações continuar a ser incapaz de impor as decisões do Conselho de Segurança, independentemente da liderança de um país.

NA SOMÁLIA, como no Golfo, foi a liderança e a determinação dos Estados Unidos que conseguiram desencadear operações — discutíveis ou não — que as Nações Unidas estavam relutantes em iniciar. A retirada norte-americana da Somália foi retardada precisamente porque a ONU e Iamat Kittani, o representante do secretário-geral Butros Ghali, ainda não conseguiram estabelecer a autoridade negocial, com ou sem pressão, com os grupos rivais. No Camboja, os Khmers Vermelhos recusam o acesso da ONU às zonas sob o seu controlo. Na ex-Jugoslávia, atiradores sérvios conseguiram afastar os «capacetes azuis» e atacar os alvos pretendiam. Em Angola, eleições supervisionadas pelas Nações Unidas são postas em causa e quando um Acordo de Paz é ameaçado por nova guerra civil Butros Ghali admite a possibilidade de retirar o pessoal da UNAVEM II que ainda tem no terreno.

A INTERVENÇÃO americana na Somália conseguiu abrir algumas vias de abastecimento para responder às necessidades mais prementes de populações famintas. Bill Clinton decidiu que parte das suas forças permanecerá no país durante algum tempo para facilitar a transição do comando das operações para a ONU. Todavia, tudo está por fazer. Não há Governo nem indícios de que se caminhe para um acordo. O Estado tem de ser reconstruído de raiz.

No Camboja, o plano de transição gerido pelas Nações Unidas mostrava-se promissor, se todas as partes o respeitassem. Uma delas nega-se a abrir as suas zonas — o que não

espanta — e não existe na ONU determinação, nem forças, para fazer cumprir o seu mandato de transição para um Governo eleito.

Na ex-Jugoslávia, o Presidente sérvio ameaça atacar os «capacetes azuis» se a zona de exclusão aérea for estabelecida pela força, e de novo as forças das Nações Unidas não têm poder nem mandato para agir. A agravar essa situação, a Rússia, em grave crise económica e política e auxiliada pelas potências ocidentais, ameaça vetar uma intervenção militar nos Balcãs, sucessivamente adiada, com custos sobejamente conhecidos.

Em Angola, a UNAVEM II é uma força insuficiente, desarmada e sem mandato para além da fiscalização e controlo do acantonamento e desarmamento, tarefas que não foi capaz de levar a cabo, até por falta de pessoal e verbas. A supervisão das eleições esteve entregue às Nações Unidas mas a organização foi assistida por centenas de observadores internacionais. A UNITA recusou os resultados e os confrontos armados multiplicaram-se. Os Acordos de Bicesse podem estar em risco. Todavia, os esforços da ONU continuam a não dar quaisquer resultados, sendo mais eficientes as pressões dos Estados Unidos.

Os exemplos de desrespeito pelas Resoluções do Conselho de Segurança e pela autoridade da ONU são apenas estimulantes noutras zonas críticas do Globo.

UMA política de segurança mundial gerida pela ONU, como a Administração Clinton sugere, não seria indesejável nem impossível. Porém, as Nações Unidas teriam definitivamente de perder a sua inevitável tendência para sobrevalorizar os riscos imediatos em detrimento das vantagens a longo prazo. Exemplo disso é o caso somali, onde Butros Ghali sustenta que a situação é, e continuará a ser durante algum tempo, demasiado perigosa para uma força de «capacetes azuis» equipados apenas com armas ligeiras. A verdade é que a situação não é menos perigosa que na Bósnia, no Camboja ou em Angola.

O FIM da «guerra fria» e do confronto entre superpotências, o fim do papel americano de «polícia do mundo» deixou um vácuo por onde têm proliferado os conflitos locais. A verdade é que criou também uma janela de oportunidade para as Nações Unidas se afirmarem como algo mais do que uma estrutura consumidora dos fundos públicos de centena e meia de Nações que servem fundamentalmente para aprovar belos princípios que não tem forma de aplicar.

Medo dos vizinhos

EXPRESSO, 6 de Maio, 23 Junho 1983

ACTORES menores do drama em curso na África Austral, os vizinhos de Angola seguem com atenção e preocupação a evolução do conflito angolano. Independentemente das simpatias dos respectivos Governos pela UNITA ou pelo MPLA, a Zâmbia e a Namíbia procuram manter uma atitude de estrita neutralidade. Os governos de ambos os países receiam que uma guerra prolongada em Angola atrase os seus próprios esforços de desenvolvimento económico.

A Zâmbia está interessada na reabertura do caminho-de-ferro de Benguela e as trocas comerciais com o Sul de Angola são fundamentais para a economia do Norte da Namíbia. Vários projectos regionais, que contavam com

apoios de países europeus, podem ser irremediavelmente comprometidos pelo reacender da guerra.

Um eventual desmembramento do Estado angolano e a secessão dos «povos do Sul» é uma perspectiva que também não agrada a nenhum dos países da região. Todos integram várias etnias e o exemplo angolano pode servir de antecedente para reajustamentos de fronteiras ou para a eclosão de conflitos tribais, nomeadamente na Zâmbia.

A paz em Angola e Moçambique abriu novas perspectivas de estabilidade e desenvolvimento para toda a região: as frustrações destas esperanças podem ter efeitos devastadores em países flagelados por gravíssimas crises económicas e sociais.

UNITA FAZ NEGAÇÕES — Um avião esperava ontem à noite, no aeroporto de Libreville, capital da Guiné, a luz verde da UNITA para ir buscar e evacuar para o Gabão os 21 estrangeiros aprisionados pela organização de Jonas Savimbi no ataque à cidade petrolífera angolana do Soyo, disse em Luanda um representante da empresa Fina à agência France Presse. Mas a autorização não tinha chegado até à hora de fechar esta edição. Um outro avião esteve previsto, no sábado, mas nenhum sinal da UNITA chegou para resgatar os cativos. Um navio esteve para evacuar, no dia 21, todos os estrangeiros, entre os quais 14 portugueses, mas o barco aguardou, em vão, ao largo do Soyo, acabando por levantar ferro (ver pág. 16).

— JENICA-FERRA, 27 DE JUNHO DE 1983

O paiol da África Austral

OPINION, CRONICA E FICÇÃO DE 1991

A MISSÃO das Nações Unidas em Angola — UNAVEM II — desmente ter transportado a delegação da UNITA que foi do Huambo a Adis Abeba negociar o cessar-fogo com os representantes do Governo, dando credibilidade à afirmação de fontes militares de que os enviados de Jonas Savimbi foram a Kinshasa num avião sul-africano. Entretanto, o Estado-Maior das Forças Armadas angolanas anunciou esta semana a captura, no Huambo, de «dois mercenários brancos de origem sul-africana»: Carole Izaks, de 33 anos, e Ian Hendrik Christoffer, de 23.

A Namíbia, que já denunciara em Dezembro a violação do seu espaço aéreo por aviões «não identificados» que se dirigiam da África do Sul para Angola, proibiu os «voos humanitários» que se realizavam a partir do seu território para transportar alimentos destinados às populações das regiões sob controlo da UNITA. O Governo de Windhoek comunicou às autoridades de Luanda a lista completa dos aviões «retidos», com as respectivas matrículas e membros das tripulações.

Luanda acusa o Zaire de ingerência nos assuntos internos de Angola e divulgou uma série de documentos secretos que parece provarem a criação, em Outubro de 1991, junto do Presidente Mobutu, de um «estado-maior secreto» encarregado de organizar acções de sabotagem em Angola.

O embaixador do Zaire em Luanda rejeitou as acusações, mas fontes independentes — de empresas portuguesas e da igreja Católica — confirmam a presença de mercenários e de militares zairenses ao lado das tropas da UNITA em vários pontos do Norte de Angola.

As declarações de testemunhas evacuadas das zonas de combate só divergem em relação à importância do material bélico e ao número de militares estrangeiros envolvidos no apoio à UNITA.

A Resolução 804

Os serviços secretos ocidentais recolheram outras informações não divulgadas e o representante de Portugal na ONU disse ter «ndícios seguros de que a ordem angolana tem vindo a ser violada» e apelou «aos responsáveis por essa ofensa ao direito internacional para que cessem acções que podem ter consequências muito nocivas para a paz na região».

Portugal solicitou o empenho da comunidade internacional «para que seja preservada a unidade e a integridade territorial de Angola e para que cessem imediatamente quaisquer interferências militares externas».

Na Resolução 804, aprovada por unanimidade na sexta-feira da semana passada, o Conselho de Segurança exortou «os Estados-Membros a tomar as medidas necessárias para que cessem imediata e efectivamente todas as ingerências, directas ou indirectas, militares ou paramilitares, a partir dos respectivos territórios».

O Zaire e a África do Sul não foram explicitamente citados, para não agravar as crises internas que ambos os países atravessam. Por sua vez, Kinshasa e Pretória rejeitam as acusações de Luanda mas reconhecem que o movimento de Jonas Savimbi tem aliados e amigos nos respectivos países.

As relações de vizinhança são frequentemente fonte de conflitos, entre as nações como entre os indivíduos, particularmente no continente africano, onde as fronteiras herdadas da colonização não correspondem muitas vezes às divisões étnicas, linguísticas e religiosas, mais antigas e enraizadas.

A guerra-fria acrescentou outro motivo de atrito entre as jovens nações africanas, divididas ideologicamente em «pró-soviéticas» e «pró-ocidentais». Angola e Moçambique foram, na África Austral, dois dos conflitos «de baixa intensidade» em que as superpotências estiveram envolvidas. A África do Sul, potência regional, apoiou durante muitos anos, abertamente ou de forma encoberta, a luta armada da Renamo e da UNITA contra os regimes marxistas de Maputo e Luanda.

A guerra-fria acabou, a África do Sul renunciou ao «apartheid» e pretende estabelecer relações com todos os países africanos. Mas as desconfianças e os medos subsistem, as redes de apoio não foram desmontadas e deram origem a poderosos «grupos de pressão» prontos a intervir à primeira oportunidade, com ou sem a autorização, explícita ou tácita, dos Governos.

O reacender da guerra em Angola, a anarquia em que mergulhou o Zaire, a guerra civil latente na África do Sul, criam um clima propício às ingerências externas. Num subcontinente à beira da explosão, cada foco de incêndio pode gerar uma catástrofe.

Um exército de salteadores

EXPRESSO 1-7-91

O EMBAIXADOR do Zaire em Luanda rejeitou as acusações angolanas de apoio à UNITA, alegando que o seu país tem «demasiados problemas internos para querer intervir no conflito em Angola».

Contudo, a anarquia que grassa no país de Mobutu é motivo suplementar de preocupação para os vizinhos. Com efeito, a paralisação da economia, a bancarrota do Estado e a desintegração da administração pública transformaram as Forças Armadas zairenses num «exército de pés descalços», esfomeado e indisciplinado.

Em Setembro de 1991, os militares pilharam e saquearam Kinshasa, apoiados e secundados por multidões de desempregados e marginais. Há duas semanas, a capital zairense foi de novo saqueada por militares das «unidades de elite» que tinham ajudado a dor a rebelião anterior.

A guarda presidencial de Mobutu arrasou as bases dos revoltosos e o Exército zairense deixou de existir como força organizada. Centenas ou milhares de soldados, imbuídos do «direito de saque», estão a monte e podem ser facilmente recrutados como mercenários ou realizar incursões além-fronteiras para roubar alimentos e outros bens que comecem a escassear no seu próprio país.

Sem autoridade nem meios para restabelecer a ordem, o chefe do Governo transitório, Etienne Tshisekedi, pediu a intervenção militar ocidental para obrigar Mobutu a abandonar o poder.

Na quinta-feira, Herman Cohen, subsecretário de Estado dos EUA para os assuntos africanos ainda em exercício, foi a Bruxelas para uma reunião de emergência com representantes dos governos francês e belga.

Os três países, que lançaram um ultimato ao Presidente zairense, estudaram à porta-fechada as medidas a adoptar para pôr termo ao caos. A intervenção militar directa parece afastada, mas Washington, Paris e Bruxelas estão decididos a recorrer a todos os meios de pressão, incluindo o congelamento dos bens de Mobutu no estrangeiro, para obrigar o «velho leopardo» a tomar o caminho do exílio.

Mobutu afirma, pelo contrário, ser o único homem capaz de impedir o Zaire de mergulhar em sangrentas guerras tribais e acusa as potências ocidentais de «disparar contra o bombeiro em vez de apagar o fogo».

N.G.

EXPRESSO, Sábado, 23 Janeiro 1993

Acusações de jogo duplo

A ÁFRICA DO SUL apoiou e apoia oficialmente os acordos de paz em Angola e Moçambique, e as relações entre Luanda e Pretória melhoraram espectacularmente nos últimos dois anos.

Porém, após a derrota da UNITA nas eleições legislativas, as intervenções de Pik Botha a favor de um «acordo de cavalheiros» entre Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos com vista à partilha do poder entre as duas grandes forças políticas angolanas foram interpretadas como uma violação do «espírito de Bicesse».

Foi o African National Congress (ANC), de Nelson Mandela, que acusou Botha de ignorar as regras da democracia e de pretender impor a Angola uma solução idêntica à que desejava implantar na África do Sul, para não ser obrigado a entregar todo o poder à maioria negra. Falou-se, na altura, de um «plano secreto» sul-africano para redesenhar o mapa da África austral e que corres-

ponde, no que diz respeito a Angola, ao projecto federal proposto esta semana por Jorge Valentim, da UNITA.

A imprensa sul-africana disse que os sectores mais conservadores da direita civil e militar não concordavam com a política de De Klerk de deixar de apoiar Savimbi e o embaixador sul-africano junto das Nações Unidas admitiu que grupos privados sul-africanos e estrangeiros pudessem estar envolvidos em operações de apoio logístico à UNITA.

UNITA actua em Cabinda

António Matos
em Luanda

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1983

Dez militares envergando as fardas das FALA, o exército da UNITA, saíram de Cabinda em direcção ao Zaire utilizando duas carrinhas de caixa aberta de que se apoderaram na segunda-feira na localidade do Caio, a sul da capital do enclave. As primeiras informações sobre este incidente davam conta de que os guerrilheiros teriam levado consigo 15 reféns, mas o PÚBLICO soube ontem que os dois condutores e os ocupantes (todos angolanos) das viaturas seriam abandonados na estrada em direcção à fronteira do Iema. Os soldados entrariam depois pela mata, presumindo as fontes ouvidas pelo PÚBLICO que se dirigiram para o Zaire.

Esta foi a primeira vez que foram vistos guerrilheiros da UNITA no enclave, depois de, no dia 16 de Janeiro, terem abandonado todos os comités-

piloto. Recorde-se que o principal objectivo económico do território (e de Angola), as instalações petrolíferas da Cabinda Gulf, se encontram a norte da cidade de Cabinda, isto é, no lado oposto em que se encontravam os militares da oposição armada angolana.

Este incidente, de que a população aparentemente não se apercebeu, coincidiu com a desactivação de uma bomba na sede do Governo provincial, ao fim da tarde de segunda-feira.

Fontes não oficiais relacionaram os dois acontecimentos e excluíram a possibilidade de o engenho ter sido colocado pela FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

O movimento independentista parece ter dado tréguas ao Governo provincial nas últimas

semanas e admite-se mesmo, em Luanda, que as diferentes facções da FLEC poderão ter-se aliado às forças militares e paramilitares angolanas no enclive contra a UNITA. Conforme o PÚBLICO constatou há cerca de oito dias durante uma reportagem em Cabinda, da FLEC tão pouco se fala.

As aparentes tréguas do mo-

vimento independentista estarão relacionadas com o bom momento que atravessam as relações entre o Governo provincial e a FLEC. Augusto Tomaz, governador de Cabinda, reiterou recentemente ao PÚBLICO que mantém "contactos praticamente diários" com Tibúrcio Luemba (FLEC-Renovada) e N'Zita Tiago (FLEC-FAC, Forças Armadas de Cabinda) — líderes das principais facções da FLEC.

Cabinda está, entretanto, entre as prioridades do novo

executivo angolano. Ao que o PÚBLICO apurou em Luanda, o Governo central autorizou uma linha de crédito de 20 milhões de dólares para investimentos naquela parcela do território e prepara-se, na próxima reunião do Conselho de Ministros, para aprovar "um projecto de autonomia avançada" para o enclave — uma iniciativa de José Eduardo dos Santos. Ontem mesmo, o Presidente da República nomeou um novo vice-governador para a província.

Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes encontram-se, entretanto, no antigo protectorado português, de onde são naturais. Os mais conhecidos dissidentes da UNITA estiveram reunidos na segunda-feira no Hotel Maiombe com os cerca de 50 dissidentes do partido de Jonas Savimbi. ■

Eduardo dos Santos não desiste das negociações

QUARTA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1983

PÚBLICO

ronda da semana passada. "Caso a UNITA não altere o seu comportamento negocial, não vale a pena intensificar esforços para obter consenso", afirmou então o negociador governamental, que qualificou ainda o encontro como um "fracasso" (ver PÚBLICO do dia 1).

José Eduardo dos Santos reconheceu ainda que as forças governamentais sofreram humilhações no mês passado, garantindo porém que o Governo procedeu já à sua reorganização e que vai recuperar as posições perdidas. Referia-se nomeadamente à perda da cidade petrolífera do Soyo, província do Zaire, em circunstâncias ainda pouco claras, mas que alguns observadores em Luanda atribuíram a um desentendimento entre comandantes.

Mas as únicas alterações anunciadas oficialmente apontam apenas para a promoção do antigo comandante da Força Aérea, general Roberto Leal Monteiro, que passou a vice-ministro da Defesa Nacional, à nomeação de mais oito conselheiros presidenciais, um ministro da Presidência e dois novos governadores de província.

José Mateus Peixoto, ex-secretário de Estado da Cultura, passa a acompanhar de perto Eduardo dos Santos, e as províncias de Luanda e Malanje pas-

sam a ser governadas respectivamente por Rui Oscar de Carvalho, que transita do Ministério da Informação, e Flávio Fernandes, que saiu da pasta da Saúde. A Cultura, pasta atribuída à UNITA durante a formação do Governo de Marcolino Moco, depois das eleições dos dias 29 e 30 de Setembro, continua vaga.

A Missão das Nações Unidas em Angola anunciou entre-

tanto a sua disposição em continuar a desenvolver esforços para a realização, no dia 10 de Fevereiro, em Adis Abeba, da segunda ronda negocial entre os beligerantes, apesar do pessimismo dos observadores.

Margaret Anstee vai pedir ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, uma trégua até à realização do novo encontro, mas diplomatas ocidentais citados pela agência France Presse duvidam que algum dos antagonistas concorde em suspender as hostilidades enquanto um deles estiver tiver uma vantagem sobre o outro no teatro de guerra. Huambo, onde os combates continuam sem vencedores, parece ser o objectivo capaz de desequilibrar a balança. ■ F.S.

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, declarou na segunda-feira que o seu Governo não deve desistir da conclusão de um cessar-fogo com a oposição armada, acreditando no entanto que a regressada guerra vai prosseguir durante muito tempo.

Entrevistado pela agência Reuter, em Luanda, o chefe do Estado não forneceu subsídios maiores para uma solução pacífica do conflito entre o Governo e a UNITA, excepto o desejo da continuação do diálogo, posto em dúvida por declarações recentes do chefe da sua delegação militar às negociações de Adis Abeba.

"Se não houver cessar-fogo na segunda ronda, serão desenvolvidos certamente esforços

para que ele ocorra numa terceira. Se ele não chegar numa terceira, poderá acontecer na quarta", afirmou José Eduardo dos Santos a Judith Matloff. "Um dia haverá um cessar-fogo em Angola. Não acreditamos numa solução militar. Tudo deve ser resolvido através do diálogo", acrescentou.

As afirmações do Presidente angolano contrastam com as do general Higino Carneiro, professor na capital etíope no fim da

guas, mas simplesmente uma política de vencedores e vencidos". E termina: "Queremos a paz e buscamos a paz quando esta for uma conquista recíproca. Até lá, temos razão e iremos provar que dispomos da força. Fazemos um bom combate e Deus estará conosco."

O tom do documento, a de-
autorização de Jorge Valentim
e o pretexto invocado para a sus-

pensão da viagem dos negocia-
dores da UNITA podem indiciar
também divergências políticas
internas.

Guerra sem pausa

Em Luanda, as notícias re-
ferem a continuação dos comba-
tes em diversos pontos do terri-

tório e a perspectiva de endure-
cimento da guerra. Segundo
uma fonte militar citada pela
Lusa, elementos da UNITA, ar-
mados com morteiros de
120mm, ter-se-iam infiltrado na
cidade da Luena (capital do Mo-
xico, no Leste). No Namibe (lito-
ral sul), as forças governamen-
tais e a polícia estavam em esta-
do de alerta, aguardando um
ataque. No Cuito (capital do Bié,

centro), a UNITA flagelou o ae-
roporto e fontes oficiais referiam
a utilização de artilharia pesada.
No Huambo, registavam-se ac-
ções militares desencadeadas
pelas duas partes. É difícil dizer
quem domina a situação nas di-
ferentes regiões, disse à Lusa
uma fonte militar: "Umaz vezes
ataca a UNITA, outras ataca-
mos nós..." ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 8 FEVEREIRO 1988

Portugueses libertados

Fernando Sousa,
com António Matos,
em Luanda

Todos os estran-
geiros detidos
pela UNITA na
sequência do
ataque à cidade petrolífe-
ra do Soyo, no dia 18 de
Janeiro, foram ontem li-
bertados, após o que se-
guiram para Libreville,
capital do Gabão, ponto de
escala até Bruxelas, onde
são esperados.

Diplomatas do Minis-
tério dos Negócios Estran-
geiros português e repre-
sentantes da embaixada
de Portugal em São Tomé
e Príncipe deslocaram-se
a Libreville para receber
os 14 cidadãos nacionais,
que chegaram à cidade ao
fim da tarde depois de uma bre-
ve escala técnica em Ponta Ne-
gra, no vizinho Congo.

A libertação dos 21 cativos
— 14 portugueses, três británi-
cos, dois indonésios, um italia-
no e um argentino — esteve no
entanto para ser novamente
adiada, em virtude do bombar-
deamento do aeroporto do Uje,
em poder das forças da Savim-
bi, por um avião governamen-
tal, informação veiculada pelo
representante da UNITA em
Bruxelas, à RDP. Um responsá-
vel da Fina, Jean-Michel Muls,
confirmou depois à France
Presse que o voo da liberdade
partiu eram 9h30 locais, quinze
minutos depois da investida de
um MiG.

A libertação foi anunciada
sexta-feira pela UNITA a um
responsável da Fina, a filial an-

golana da empresa petrolífera
belga para que trabalhavam 17
dos cativos. O malogro de medi-
das anteriores — chegou a
anunciar-se a sua evacuação
por barco, depois por avião —
fez recuar no entanto qualquer
ocorrência que adiasse uma vez
mais a evacuação dos estrangei-
ros aprisionados.

A repatriação dos portugue-
ses termina com uma angústia

de 21 dias durante os
quais vários foram os fa-
miliares dos cativos que
tentaram obter informa-
ções fidedignas sobre o
seu estado de saúde e data
de libertação quer junto
do Ministério dos Negó-
cios Estrangeiros quer
junto da Comunicação So-
cial. Sempre em vão, até
ontem.

A Rádio Nacional de
Angola lançou um balde
água fria sobre o reencon-
tro de representantes dos
beligerantes em Adis Abe-
ba, previsto para quarta-
feira, posição que ocorre
depois do líder da UNITA
ter afirmado, sábado, que
não podia garantir a pre-
sença de uma delegação na
segunda ronda de conver-
sações na capital etíope.

Segundo a Vorgan, a
emissora oficial rebelde,
que emite a partir da
Jamba, o responsável da
UNITA pelo pelouro da
Cultura, Jaka Jamba, foi
incumbido por Savimbi
de procurar, com a Missão
de Verificação das Nações
Unidas (UNAVEM) uma
nova data.

De um e de outro la-
do, as explicações adianta-
das para o adiamento dei-
xaram dúvidas nos obser-
vadores sobre a real von-
tade dos beligerantes em
concertarem um cessar-
fogo. O líder da UNITA
alegou que não conseguiu
encontrar-se com a dele-
gação desde que terminou o pri-
meiro encontro, o embaixador
de Angola na Etiópia alegou fal-
ta de instalações disponíveis em
Adis Abeba, cidade onde se reü-
ne, entre os dias 12 e 15, o en-
contro de ministros da OUA.

Analistas em Luanda, cita-
dos pela AFP, vão mais longe e
interpretam a posição da UNI-
TA como uma tentativa de ga-
nhar tempo para obter vanta-

gens no teatro de guerra antes
de se sentar à mesa das conver-
sações. Em relação à resposta
de Luanda como uma forma de
não perder a face num momen-
to em que a situação militar pa-
rece não favorecer nenhuma
das partes apesar do recrudesci-
mento dos combates em todo o
território angolano.

Sedenta, porque um aten-
tado atribuído aos rebeldes a
privou de água há duas sema-
nas, vulnerável em termos
energéticos, como se conclui
da sabotagem contra quatro
torres de transporte que on-
tem escureceu esta cidade de
dois milhões de habitantes
(ver caixa), Luanda parece
mais uma praça sitiada que
uma capital.

Panorama sombrio

Os meios de comunicação
angolanos não fazem, aliás,
segredo da gravidade do pano-
rama. Na sua edição de on-
tem, o "Jornal de Angola" re-
conheceu que a "a situação se
agravou nas últimas 24 ho-
ras", com movimentos de tropa-
s rebeldes em várias proví-
ncias, infiltrações de agen-
tes seus em Luena, o lança-
mento de um alerta geral na
provincia do Namibe ou o
bombardeamento do aeropor-
to de Cuito.

Complicada continua a
disputa pelo controlo de
Huambo, que permanece co-
mo a grande aposta dos belige-
rantes. Os combates prosse-
guiram ontem, trinta dias de-
pois de forças governamentais
e rebeldes terem iniciado a lu-
ta pela cidade, no dia 9 de Ja-
neiro, mas o empate logístico
indicia uma equivalência no
poder dos dois lados.

Observadores insistem em
afirmar, em Luanda, que não
haverá um verdadeiro cessar-
fogo em Angola enquanto ne-
nhum dos contendores conse-
guir assenhorear-se da cida-
de, um monte de ruínas mas de
qualquer forma a segunda "ci-
dade" do país. ■

Luanda às escuras

LUANDA ESTA a ser abastecida de
electricidade por meios alternativos
desde as 18 horas de sábado. O corte
foi atribuído ontem a uma sabotagem
da linha de Cambambe. Mesmo sem
luz, Luanda continuou em festa.

O ruído dos geradores substi-
tuí o silêncio das trevas. Aos pouco, qua-
se toda a cidade se iluminou e a noite
foi de festa. Ainda mal rarefeitos de
duas semanas sem água canalizada, e
agora com dificuldades no abasteci-
mento de energia eléctrica, os luan-
denses continuam a mostrar-se pouco
permeáveis aos efeitos da guerra.

No "Number 1", já não se cantou
o fado, mas no "Paralelo.2000" o con-
curso das "bundas" foi até ao fim —
embora só tivessem desfilado quatro
das oito concorrentes inscritas. O car-
tão de visita da noite luandense conti-
nua, porém, a ser o "Pandemonium".
De Bobby Marley aos Rolling Stones,
passando pelos R.E.M. e pela música
das Antilhas, angolanos e estrangei-
ros ali se aguentam, a pé firme, até de
manhã.

No calor da noite, os jovens ar-
tistas parecem ignorar que o Gov. não
se prepara para decretar a mobiliza-
ção geral dos cidadãos do sexo mascu-
lino com idades entre os 18 e os 30
anos. Kiko, não está preocupado. "Eu
sou intelectual, não vou para a guer-
ra".

E a guerra só chega a ele, que vive
em Luanda, pelas acções de sabota-
gem atribuídas à UNITA. Depois da
água, foi a luz, pelo derrube de quatro
torres de alta tensão entre Zenza do
Itombe e Coçoalala. A capital ficou
sem luz durante pouco mais de qua-
tro horas. Nos bairros mais nobres da
cidade acionaram-se, de imediato, os
geradores e o circuito alternativo da
Empresa Nacional de Electricidade
permitiu que dois terços de Luanda
não dormisse às escuras.

O problema está aparentemente
resolvido. Mas os acontecimentos têm
sido tão previsíveis — primeiro a
água, depois a luz... — que em Luan-
da já se esperam próximas acções da
oposição armada. Ninguém exclui a
possibilidade de um ataque à refina-
ria de Luanda, secando os combusti-
veis do país, ou à estação terrena da
Funda — 40 quilómetros a norte da
capital —, que isolaria o país. ■

António Matos, em Luanda

«Sem diálogo nada feito»

BERTA dos Santos chegou a Lisboa há pouco mais de um mês, grávida e com duas das quatro crianças que teve na Jamba. Os dois filhos maiores morreram, de doença e malnutrição, vítimas do ostracismo a que foram votados os familiares do «reaccionário» Wilson dos Santos, ex-representante da UNITA em Lisboa.

O marido, Jorge Laurindo, brigadeiro do movimento de Jonas Savimbi, ficou em Luanda, «sob custódia» do Governo.

Berta não sabe se a família poderá festejar junta o nascimento do bebé que espera para Julho, mas quer «ficar em paz», cuidar dos filhos e da própria saúde. «Fazer a vida normal de uma cidadã angolana em Lisboa».

Não se quer pronunciar sobre a situação política actual no seu país, nem atribuir todas as culpas à UNITA ou ao MPLA pelo reacender da guerra. Por prudência, talvez, ou porque, lmente, «depois de tudo o que aconteceu, todos os sofrimentos e as mágoas da família», já não «quer saber nada de política».

Disse ao EXPRESSO, em Lisboa, que foi «para o mato» em 1976, integrada num grupo de jovens que abraçou voluntariamente a causa da UNITA, porque acreditava que «era o melhor para o povo». «Mas nada foi como nós esperávamos», lamenta-se.

«Cuidado com a língua...»

Fala sem paixão nem desejos de vingança, mas também não quer pôr uma pedra sobre o assassinio do irmão e está determinada a insistir para que toda a verdade seja esclarecida, os culpados identificados e julgados. Diz que, «se pudesse agora falar com o Dr. Savimbi, pediria que autorizasse a exumação do corpo» e não tem dúvidas acerca da responsabilidade do líder da UNITA, que «agora se quer descartar, dizer que não sabia de nada, embora na UNITA não se faça nada sem o conhecimento e as ordens do Presidente Savimbi».

Mulher africana, Berta põe as razões familiares em primeiro lugar. Do irmão diz que, «se não servia para 'eles' (a UNITA), deviam tê-lo deixado à família» e garante que tomou sozinha a decisão de vir para Lisboa. O marido não ajudou, mas, aparentemente, também não se opôs: «como mulher, sou eu que tenho que tomar conta dos filhos, ver o que é melhor para eles e para mim».

Berta já não se considera da UNITA, o que não acontece com o marido, com o qual mantém o contacto: «ele nunca deixou de me telefonar. Diz que está bem. Sobre o que ele pensa, o que vai fazer, não me compete a mim dizer nada. Ele está em Luanda, os jornalistas podem falar com ele».

Viu o irmão pela última vez em 1990, mas soube, pelos sobrinhos, o que foram os últimos meses de vida

de Wilson dos Santos: «Quando surgiu aquela história do tétano, toda a família do Tito Chingungi foi levada. A minha cunhada estava grávida quando desapareceu e nunca soubemos nada da criança. Passado um tempo vieram buscar o meu irmão e as crianças, e levaram-nos para uma posição a uns quilómetros da Jamba, onde só estavam os presos e os guardas. Ele trabalhava numa grande lavra de milho, todo o dia ao sol, de enxada na mão. Ficou com as mãos todas reventadas, as costas cheias de feridas e grandes bolhas. Depois mandaram as crianças regressar à Jamba para estudar. Ficaram em casa de um primo meu, jornalista da Vorgan».

Em 1991, foram assinados os acordos de Bicesse, que, segundo Berta, despertaram muito entusiasmo na Jamba: «As pessoas queriam ir para a cidade, visitar as famílias, começaram a sair, mas eram seleccionadas. E, antes de partir, receberam ameaças. O Dr. Savimbi disse, num comício, 'cuidado com a língua e não esqueçam que um dia vão ter que ajustar contas comigo'».

Tratar da vida

Mas, para Wilson dos Santos e a família, os acordos de paz não significaram qualquer melhoria, antes pelo contrário.

«Em Agosto, lembra Berta, morreu um dos meus filhos, com sete anos, e os meus sobrinhos estiveram na minha casa. À noite, vieram buscar as crianças para as levar com o pai». Este estaria já morto nesta altura? A irmã pensa que não, mas o facto é que Wilson e as crianças, de 15, 13 e 4 anos, «desapareceram».

Berta não sabe — ou não quer — explicar quando, como soube que tinham sido assassinados. Diz apenas que, na Jamba, «toda a gente falava, às escondidas».

Em Março de 1992, Berta foi autorizada a ir ao Huambo levar o filho mais velho, gravemente doente, aos sogros. «Passada uma semana, mandaram-me regressar imediatamente à Jamba e tive que deixar a criança quase a morrer. Em Abril, Maio, Junho, pedi para ir outra vez, mas diziam 'Não, não, tem que ficar aqui, a vida vai melhorar, vamos pôr a luz, fazer jardins de infância'. Em Julho fui convocada pela Direcção da UNITA, que me informou da morte do meu filho, no Huambo. Nesta altura, o meu marido já estava em Luanda. Deixaram-me ir ao enterro e fiquei no Huambo até Agosto».

Foi então que resolveu tratar da sua vida. «Escrevi uma carta pessoal ao Dr Savimbi, explicando que não queria ficar na mata, nem no Huambo. Disse que tinha familiares em Lisboa e que queria ir para Portugal. Era uma carta muito forte, em que contava todas as verdades, todas as minhas mágoas. Falei no

que aconteceram ao meu irmão, lembrei que tinha perdido toda a família, que dois filhos meus tinham morrido por falta de assistência e malnutrição. O Presidente Savimbi mandou-me chamar e disse: não pode ir para Lisboa, mas vai ficar em Luanda, junto do seu marido. Não haverá problemas com as crianças porque serão atendidas pelo meu médico pessoal, o Dr. Morgado».

Indiferença

Instalada no Hotel Trópico de Luanda, Berta viveu as eleições e a crise que surgiu a seguir aparentemente indiferente a tudo o que se passava à sua volta.

Iniciou os trâmites para conseguir um visto para Portugal. «Quando, depois das eleições, veio aquela ordem da UNITA para recuar para o Huambo, para depois seguir para a Jamba, eu disse não vou. Insistiram, dizendo que a situação não era boa, que ia haver problemas de segurança. Todas as mulheres foram evacuadas. Só ficamos eu e duas senhoras com crianças pequenas. Disseram-me que, a partir de então, ficávamos por nossa conta e risco e que não se responsabilizavam pelo que nos pudesse acontecer».

Quando se iniciaram os confrontos em Luanda, as mulheres e as crianças abandonaram o Trópico e refugiaram-se no vizinho Tivoli. «Fomos recebidos pela direcção do Hotel e ficámos lá, em paz», diz Berta, acrescentando que não foi interrogada pela polícia nem objecto de qualquer pressão, do Governo ou da UNITA. A conta, não sabe quem a pagou: «Saí legalmente, quando recebi o visto da Embaixada portuguesa».

Acerca dos últimos acontecimentos, do recomeço da guerra, afirma: «Se houver entendimento, acho que se pode chegar a uma plataforma para a reconciliação da família angolana. Pela guerra, já se sabe, não se resolve nada e as pessoas estão cansadas, sofreram demasiado. Sem diálogo, nada feito».

Nicole Guardiola

UNITA

EXPRESSO 6-2-93

quer Angola do Sul

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

«DE ANGOLA do Sul, eu? É verdade que nasci em Benguela há mais de 60 anos, mas quase toda a minha vida foi feita na Camabatela, na região do Uije. Como é que poderia deixar de me assumir como angolano de Cabinda ao Cunene?». É um velho camionista, com mais de 40 anos de estrada, quem assim fala. João Abel das Neves reflecte a perplexidade que a proposta de constituição de uma confederação de Estados avançada pela direcção da UNITA causou, esta semana, na maioria da população angolana. A ideia está implícita num estudo elaborado em Dezembro do ano passado por Cean Cleary, assessor especial de Jonas Savimbi para os assuntos estratégicos.

Cean Cleary, de nacionalidade sul-africana, que dias antes das eleições de Setembro foi expulso de Luanda pelas autoridades, traça no seu documento o plano de execução de uma «autodeterminação regional». Cleary preconiza «a retirada para o sul da linha dos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB) das tropas do Caxito com meios aéreos da África do Sul» e propõe que «os voluntários do Batalhão Búfalo integrem as forças da UNITA ao sul dos CFB».

Ainda de acordo com o documento, para a «sobrevivência imediata das partes, a zona dos diamantes da Lunda deveria ser incluída na 'Angola do Sul' dado não haver petróleo nesta região», mas a preocupação dominante deveria passar pelo controlo «das primeiras cidades a sul do CFB, com especial relevância daquela que se decidir ser a capital do novo Estado independente».

Para o cidadão comum, a ideia de divisão do país proposta pela organização de Jonas Savimbi é «inaceitável», e segundo uma fonte do Governo exprime «um estado de incontrolado desespero da UNITA, que poderá levar à perpetuação ainda por algum tempo do conflito entre as partes signatárias dos acordos de paz».

O Presidente Eduardo dos Santos foi, de resto, bastante claro ao revelar esta semana que, perante a nova proposta da UNITA, que «esvazia a amplitude que se pretende conferir à retomada das negociações em Adis Abeba», o Governo foi obrigado a encetar um vasto plano de reorgani-

zação e de rearmamento das FAA para «conter os instintos belicistas de Jonas Savimbi».

Fonte próxima da presidência da República reconheceu mesmo que, para «diviabilizar o processo de divisão de Angola, o Governo foi obrigado a dar prioridade à defesa das cidades do Sul do país porque, se caíssem na posse da UNITA, tornar-se-ia mais fácil a Jonas Savimbi pôr em marcha a sua estratégia federalista».

Ajuda estrangeira aumenta

Entretanto, de acordo com uma fonte militar, com base no plano de reapetrechamento das FAA, foram já desembarcados cerca de 90 contentores de material de guerra destinado a fazer face a um conflito que «pode ainda levar algum tempo a ser inteiramente controlado e dominado».

A Espanha, ao fornecer equipamento adicional para a polícia, dois patrulheiros entregues no mês passado e ainda munições, parece encabe-

çar o plano de ajuda militar ao Governo de Luanda. À lista de países que estão a abastecer militarmente a capital junta-se o Brasil, que entregou mísseis e artilharia, a Itália, com equipamento electrónico, e a Índia, com sobressalentes para caças e bombardeiros soviéticos Sukoy, especialmente concebidos para combater a guerrilha no Afeganistão.

Portugal, segundo fontes diplomáticas, poderá igualmente engrossar o leque de Estados que estão a apoiar militarmente Angola, através da venda de uniformes e rações. Informações segundo as quais a Rússia estaria envolvida no fornecimento de material de guerra a Angola através de uma operação realizada por intermédio de terceiros países e avaliada em mais de 90 milhões de dólares não foram todavia confirmadas pelo Estado-Maior das FAA. Um funcionário do Ministério das Relações Exteriores disse a propósito que «seria arriscado para os russos envolverem-se directamente numa operação desse tipo por fazerem parte do grupo de países observadores».

Luanda aposta definitivamente no enfraquecimento militar da UNITA. A estratégia que está a ser posta em prática passa pela tentativa de «empurrar os efectivos militares da UNITA ainda espalhados pelas províncias de Huíla, Benguela e Bié para a província do Huambo, de forma a concentrar todo o seu poderio militar num único alvo», segundo palavras de uma alta patente das FAA envolvida nos preparativos de uma nova investida do exército governamental na zona Sul do país.

PÚBLICO

6 DE FEVEREIRO 1993

Combates mais intensos em Angola

Portugueses libertados domingo?

A CINCO dias de uma nova ronda negocial, marcada para o próximo dia 10 em Adis Abeba, capital da Etiópia, o conflito militar angolano intensificou-se. No Huambo, as forças governamentais dizem ter tomado um comando operacional da UNITA, enquanto as tropas de Jonas Savimbi empreenderam uma nova ofensiva à capital do Bié, Cuíto.

De acordo com o mais recente relatório da UNAVEM II (missão das Nações Unidas em Angola), os combates mantinham-se ainda no Leste — Luena, capital do Moxico, e Saurimo, capital da Lunda Sul — e no Sul do território — Menongue, capital do Kuando Kubango.

O Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas (FAA) afirmou ter provocado quarta-feira 32 baixas entre as tropas da UNITA no Huambo.

Segundo informações de fontes oficiais citadas ontem pela Rádio Nacional de Angola, as forças governamentais terão tomado um comando operacional do Exército de Savimbi na mesma cidade.

Esta informação continha um elemento considerado estranho em meios diplomáticos da capital angolana contactados pelo correspondente do PÚBLICO: o facto de esse comando estar alegadamente instalado na sede do episcopado do Huambo.

A intensificação da ofensiva governamental no Huambo parece corresponder à advertência dos generais das FAA que estiveram na primeira ronda negocial de Adis Abeba. Na opinião de Higinio Carneiro, perante o fracasso das negociações de cessar-fogo a guerra conheceria uma escalada.

Essa escalada, admitem os observadores do processo de paz em Luanda, poderá ter a ver com a necessidade de levar para o segundo encontro da capital etíope uma posição negocial mais forte no terreno militar. No mesmo sentido é interpretada a nova ofensiva da UNITA sobre a cidade do Cuíto, a segunda mais importante do Planalto Central.

Os 14 portugueses raptados no Soyo em 18 de Janeiro pela UNITA poderão entretanto ser libertados no domingo. A companhia petrolífera belga Petrofina revelou ontem em Bruxelas ter recebido uma indicação da UNITA de que aceitava libertar duas dezenas de reféns, incluindo 17 que trabalhavam

para a filial da empresa em Angola, a Fina — entre os quais os portugueses.

Um avião que se encontra à espera em Libreville, Gabão, recebeu ontem autorização para se deslocar ao Soyo, no Norte de Angola, em poder da UNITA, disse a Petrofina.

Mas o Consulado-Geral de Portugal em Luanda afirmou ontem desconhecer a intenção do movimento de Savimbi que, em ocasiões anteriores, voltou atrás depois de anunciar as libertações.

Protesto em quicongo

Em Lisboa, um grupo de angolanos residentes em Portugal entregou ontem à tarde, na Embaixada de Angola, um documento protestando contra as perseguições de que estão a ser vítimas cidadãos zairenses e angolanos de língua quicongo. Na sequência de acusações divulgadas pela Rádio Nacional de Angola, controlada pelo Governo, segundo as quais soldados zairenses estariam a preparar um atentado contra José Eduardo dos Santos, populares perseguiram e espancaram, por vezes até à morte, milhares de emigrantes zairenses e angolanos de língua quicongo. O documento, entregue na Embaixada de Angola, continha para cima de trezentas assinaturas.

Em contraponto, a Casa de Angola na África do Sul, que diz representar os cerca de 14 mil angolanos ali residentes, pediu ontem ao Governo de Luanda que expulsa sumária e imediatamente todos os zairenses e outros estrangeiros que estão, alegadamente, a drenar os recursos económicos do país. ■

Kuanza desvaloriza mil por cento

António Matos,
em Luanda

MILHO
SABINA-FERRA, 4 FEVEREIRO 1983

A moeda angolana hoje será desvalorizada que pode ser superior a mil por cento. Uma medida que não deverá afectar a generalidade dos consumidores e dos agentes económicos, que continuam no mercado paralelo há mais de um ano. Mais atingido será o grupo de políticos, funcionários e empresários que se movimentam na esfera do poder. Para estes acabam-se as mais-valias permitidas por um câmbio oficial de 650 kuanzas por dólar contra os cerca de dez mil do câmbio paralelo.

O novo valor do dólar norte-americano — moeda de referência recolhida para a operação — será determinado numa vereda pública de divisas. Um milhão de dez milhões de dólares, que o Banco Nacional se propõe realizar quinzenalmente para ficar sucessivamente a taxa de câmbio e permitir aos agentes económicos o acesso às divisas. A proposta é um mercado que pretende vir a ser único, absorvendo os mercados paralelo ou informais.

Esta é uma forma "suave" de proceder a uma desvalorização, reduzindo os efeitos políticos que a medida teria se fosse tomada por decreto, como vinha acontecendo. Além, o Ministério das Finanças não lhe chama desvalorização, apesar de no aviso publicado ontem no "Jornal de Angola" o Banco Nacional a considerar "uma aproximação das taxas de câmbio a uma posição de equilíbrio macro-económico". "O que é isto, senão uma desvalorização", interrogam-se economicistas ouvidos pelo PÚBLICO.

A reacção do paralelo

"Nós estamos a ficar com os dólares e não sabemos se vamos ter compradores", dizia uma "operadora" do mercado paralelo

A RESPONSABILÍVEL da UNTTA para os assuntos da Economia e Finanças, Fátima Roque, chegou ontem ao principal da noite a Luanda depois de permanecer mais de quatro meses sob custódia do Governo, na sequência dos incidentes que abalaram a capital angolana após as eleições de Setembro do ano passado.

Nenhum dos jornalistas que aguardavam junto à sala de desembarque do aeroporto da Portela conseguiu no entanto falar com a dirigente da UNTTA. Segundo o empresário Carlos Amorim, da cadeia de gestão hoteleira ESTA, que chegou no mesmo

para justificar a queda de cerca de 20 por cento que o dólar registou ontem em Luanda. E neste mercado que a medida se reflectirá no curto prazo, mas os especialistas consideram que se o leilão não se realizar com regularidade, o valor da nota verde face ao kuanza voltará a subir em flecha.

Depois de no fim-de-semana ter sido trocado a 11 mil kuanzas, o dólar caiu ontem para oito mil nas ruas e mercados. Um efeito imediato do anúncio do leilão. O mercado que chegou a ter a precificação de um relógio suíço — todas as "kinglides" (as mulheres que compram e vendem moeda estrangeira espalhadas pelas ruas de Luanda) praticavam num dado momento um único preço sem uma sofisticada rede de comunações — mostrava-se ontem perturbado. Entre 8,500 e 7,600 kuanzas por dólar os câmbios variaram como nunca. Prevê-se que o novo câmbio venha a ficar-se, numa primeira fase, em volta dos sete mil kuanzas. Dependerá depois da regularidade dos leilões e dos montantes envolvidos.

Não existe uma estimativa oficial sobre o volume das moedas estrangeiras transaccionadas no mercado paralelo da capital angolana, onde a procura de moeda estrangeira é sazonal, em função das necessidades dos importadores e dos fluxos diamaníferos do garrimpo legal — afectado pela guerra. Por amostragem grosseira, porém, tendo em conta as duas ou três centenas de operado-

res deste mercado em Luanda, pode calcular-se presentemente em cerca de meio milhão de dólares diários, tendo atingido valores da ordem dos três milhões de dólares na euforia democrática pré-eleitoral.

Maquiuto M'Balassi, um dos mais bem sucedidos empresários angolanos, mostrou-se reservado sobre a efectividade da medida. "Há agentes económicos que têm muitas milhões de kuanzas e podem acumular os dólares com uma boa proposta. Agora, se o leilão for regular, o mecanismo pode ter bons resultados". M'Balassi é um dos empresários que até agora obtinha licenças para importar produtos que coloca no mercado, nomeadamente automóveis, são, alegadamente, vendidos segundo essa taxa. Por isso, lamenta-se, nem menos kuanzas disponíveis que outros empresários que praticam preços ao câmbio paralelo.

Uma questão levantada por esta medida relaciona-se com os compromissos — dividas e créditos — do passado. A que taxa serão agora satisfeitos? Um em-presário português que interveio nos programas de abastecimento de emergência diz haver, da parte do Governo, um compromisso no sentido de as novas taxas de câmbio virem a ser aplicadas apenas para licenciamentos futuros. "É fácil perceber porque: o Estado é devedor de milhões de dólares relacionados com sessas operações", explica. ■

Fátima Roque chegou a Lisboa

MILHO
SABINA-FERRA, 5 FEVEREIRO 1983

Um automóvel foi buscar Fátima Roque ao avião, subtraindo-a da presença de três dezenas e meia de profissionais e alguns amigos.

Fátima Roque, detida em Luanda por ocasião dos acontecimentos confrontos entre forças do Governo e da UNTTA, esteve incomunicável durante 15 dias no Hotel Tivoli antes de ser transferida para o Hotel Império, onde se encontra a representação portuguesa junto da Comissão Conjunta Político-Militar.

Um dos únicos dirigentes da UNTTA a reconhecer como justas e válidas as eleições de Setembro,

escorpiando "pequenas irregularidades", Fátima Roque recusou, durante todo o tempo em que esteve detida, fazer quaisquer declarações aos jornalistas. Mantive-se, no entanto, em contacto com amigos e familiares.

Margarida Mayer, dirigente da Distrital de Lisboa do CDS, "amiga da Fátima há muitos anos", conforme disse ao PÚBLICO, foi uma das pessoas que esperou em vão no aeroporto. Falou várias vezes com a dirigente, pelo telefone, confirmando que ela "vi bem tratada" pelas autoridades que a mantiveram, até ontem, "sob custódia". ■

DOMINGO, 7 FEVEREIRO 1983

Malanje, cidade cercada

NO HOSPITAL de Malanje, os cirurgiões tiveram de se especializar na amputação. A maior parte dos feridos que recebem são pessoas que saltaram sobre minas ao tentar atravessar as linhas que cercam a cidade.

Desde Novembro que estão bloqueados todos o acessos por terra a esta cidade a cerca de 300 km de Luanda. Estradas e campos foram minados, tanto pelas forças governamentais que lá se entrenchearam como pelas da UNTTA que a cercam. A via aérea, com um aeroporto pesadamente guardado pelo exército e pela polícia antimilha, é a única porta de comunicação para o resto do território.

A situação de Malanje é semelhante à da maior parte das outras capitais de província: o Governo controla a cidade, mas

as tropas de Savimbi, que ocupam as aldeias e matas em redor, impedem qualquer movimento.

O inimigo é invisível mas não está longe: a três ou cinco quilómetros, dizem os habitantes a reportagem da AFP. De noite, ouvem-se os tiros de armas automáticas, sem que se saiba se são escaramuças entre rebeldes e governamentais ou a utilização das Kalashnikov por civis armados pelo Governo.

[...] A cidade reflecte a imagem do hospital: as antigas vivendas coloniais estão em ruínas e só durante algumas horas há electricidade. O único edifício bem conservado é a imponente sede do MPLA.

As raras vitórias que circulam são as que têm acesso à gasolina: as da polícia, do exército.

to e dum punhado de representantes de organizações humanitárias ainda presentes.

O responsável local do Programa Alimentar Mundial está sobretudo preocupado em guardar o seu armazém, com o arroz, o feijão, o sal ou o óleo vindos de Luanda. São frequentes os actos de pilagem por homens armados — incluindo polícias —, afirma. É assim que desaparece cerca de dez por cento da comida. A semana passada, diz, soldados apoderaram-se, pela força das armas, dos sacos que vinham do aeroporto. Sexta-feira, quando estava a descarregar uma nova remessa, um polícia de guarda ao aeroporto segredou-lhe ao ouvido: "Os feijões são para a polícia". ■

Catherine Abballi,
enviada da AFP, em Malanje

Aberta a guerra aos 'zairenses'

ESPANHO 6-3-66

«OS AMIGOS escolhem-se, os vizinhos não» — esta máxima aplica-se, por inteiro, a angolanos e zairenses, «amarrados» por uma fronteira comum de mais de mil quilómetros. E as relações entre os dois países, que nunca foram fáceis, deterioraram-se nos últimos tempos e atingiram um ponto crítico na sequência de sucessivas denúncias de envolvimento do Zaire no conflito armado angolano feitas pelo Governo de Luanda.

Enquanto a opinião pública angolana — e a comunidade internacional — continuavam a aguardar a apresentação dos soldados zairenses que as forças governamentais anunciaram ter capturado no Huambo, onde alegadamente combatiam integrados nas tropas de Jonas Savimbi, a capital angolana era cenário, há duas semanas, de um surto de violência antizairense.

Muitos receiam que a numerosa comunidade angolana residente do outro lado do rio Zaire venha a ser alvo de retaliações ainda mais sangrentas, mas, de momento, os zairenses estão demasiado preocupados com os seus problemas domésticos, e as autoridades de Quinxassa preferiram, aparentemente, desdramatizar a situação.

Em Luanda, algumas vezes levantaram-se para condenar a passividade do Governo perante os acontecimentos da «sexta-feira sangrenta» de 22 de Janeiro, entendidos como flagrantes violações dos direitos humanos contra angolanos do Norte e zairenses. Um grupo de cidadãos angolanos de origem quicongo dirigiu esta semana uma carta ao Presidente Eduardo dos Santos a denunciar a tentativa de «inkhatização» [do movimento zulu Inkhata] das relações entre angolanos de diferentes origens étnicas, patente, segundo os signatários, nos actos de vandalismo que vitimaram, em Luanda, angolanos oriundos das províncias do Usje e do Zaire. «Quer tenham nascido aqui ou no exílio, por força das circunstâncias, esses compatriotas não podem ser ultrajados e discriminados, sob pena de se fracturar os alicerces da Nação», disse um conhecido sociólogo.

Muitos receiam o surgimento de uma nova corrente regionalista de conotações étnicas e tribais capaz de pôr em causa o poder central e de reforçar, mesmo involuntariamente, as teses federalistas recentemente avançadas pela UNITA. Embora tardiamente, o Governo apercebeu-se do perigo e divulgou uma declaração condenando os autores dos crimes que vitimaram alguns dos descendentes de «patriotas fugidos da repressão colonial portuguesa que se refugiaram no Zaire e participaram na luta anticolonialista».

Ninguém sabe ao certo como tudo começou, mas a verdade é que os distúrbios causaram a morte de cerca de 40 pessoas, entre originários da etnia quicongo, do Norte de Angola, e cidadãos angolanos que nasceram ou viveram muitos anos na outra margem do rio Zaire.

Uns e outros são chamados «regressados», mas ultimamente os luandenses de gema habituaram-se a tratá-los com sarcasmo de «langa-langá» — título de uma música de uma orquestra muito popular em Quinxassa.

O surto de violência antizairense não constituiu surpresa para uma parte da opinião angolana. Já por altura da «guerra de Luanda», no início de Novembro, os «zairenses» haviam sido vítimas da fúria de marginais, que os acusavam de ter «colaborado» com a UNITA.

Alvo de chacota na Imprensa e na Rádio por falarem um português adulterado e o «lingalês» — uma mistura do lingala, língua nacional do Zaire, com o francês —, muitos dos «zairenses» so-

nhavam com uma mudança que lhes restituísse a dignidade e o estatuto de angolanos, e muitos apoiaram o movimento de Savimbi.

Mas os motivos da mais recente onda de violência não parecem ter sido de natureza política. Durante dois dias assistiu-se a uma verdadeira caça ao «zairense». Centenas de pessoas, homens e mulheres, angolanos ou zairenses, foram brutalmente espancados e os seus bens destruídos ou roubados por bandos de marginais.

Madó Bernarda, estudante da Faculdade de Economia, não esconde a sua angústia: «Sou angolana, mas nasci no Zaire, e o meu pai é diplomata angolano a trabalhar numa embaixada. Quando estávamos no Zaire éra-

mos maltratados por sermos angolanos e agora que estamos na nossa terra somos espezinhados por sermos 'zairenses'. Sinceramente, já não sei para onde me virar.»

No mercado do Prenda, dezenas de crianças de idades compreendidas entre 12 e 15 anos apredaram tudo quanto fosse viaturas privadas de transportes colectivos de «zairenses».

Filipe Jorge, um jovem de 13 anos, justificou a sua fúria afirmando que «eles querem matar o 'Zedu' [Eduardo dos Santos]». Paulo André, outro rapaz de 18 anos que vende quinilharia no mercado d

S. Paulo, garante que, «pelo sotaque e pelo excessivo apego aos erros, a gente vê logo quem é o 'zaikou'».

Quando a calma regressou, Luanda sentiu que lhe faltavam os produtos que são normalmente contrabandeados pelos «regressados». O Roque Santeiro, o mais concorrido mercado da capital, esteve durante cerca de três dias às moscas, animado apenas por vendedores do... «Jornal de Angola».

«O conflito entre alguns comerciantes angolanos e os que vêm do Zaire é essencialmente económico» — sustenta um economista.

Engenhosos e atrevidos, os chamados «zairenses» implantaram-se rapidamente no mercado paralelo, recorrendo a todo o tipo de estratégias. Peritos na falsificação de passaportes e bilhetes de identidade, assumem a nacionalidade que mais convenha no momento aos seus negócios e «emitem» vistos de entrada em Portugal capazes de enfrentar com êxito o exame da Polícia de Estrangeiros.

Edgar Mourisco, um português que reside em Angola há mais de 30 anos, diz que «os angolanos de expressão 'francófona' fazem de tudo, só não são nem pescadores nem estivadores porque dobrar a espinha não é com eles!»

« Vieram estragar os nossos negócios » — argumenta Miguel António, motorista de táxi, para justificar o seu envolvimento nos recentes confrontos.

Os angolano-zairenses são também vítimas de alguns elementos da Polícia que conhecem bem os circuitos do contrabando e cobram «comissões», obrigando os comerciantes a mergulhar no submundo da corrupção e do suborno.

Mas a hostilidade contra os «zairenses» é também uma consequência do aprofundar das desigualdades sociais exacerbado pela liberalização económica, que adquiriu ultimamente contornos de um racismo encapotado. Os mais pessimistas receiam que a espiral de violência possa atingir outras minorias, objecto de crescente hostilidade por serem detentoras de maior riqueza. Os portugueses poderiam, assim, ser um dos próximos alvos.

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Angolanos vão viajar menos

UM LEIÃO de 10 milhões de dólares realizado ontem em Luanda resultou na maior desvalorização de sempre da moeda angolana. A cotação oficial do kuanza face ao dólar norte-americano passou assim de 550 para sete mil.

Os principais compradores das divisas ontem leiloadas pelo Banco Nacional de Angola foram os comerciantes, exportadores e importadores. De um total de 191 propostas de compra foram aceites 30, que ofereciam entre 7000 e 8500 kuanzas por cada nota verde. As propostas recusadas eram quase todas pertencentes a empresas industriais que, descapitalizadas, tentaram obter a moeda norte-americana a menos de 7000 kuanzas. Fixaram por atribuir mais de 3,5 milhões de dólares.

“Os efeitos desta desvalorização só poderão ser notados daqui a algum tempo e dependem da regularidade e dos montantes de intervenção do Banco Nacional” — diz o representante em Angola do Banco de Portugal, Couchinho Baptista. O câmbio a que agora se chegou aproximou-se, pela primeira vez, do praticado no mercado paralelo — que or-

tem não ultrapassava os 7500 kuanzas por dólar.

Uma das empresas que mais beneficiará com a aproximação entre o câmbio oficial — agora dito livre — do paralelo é a TAAO. As principais receitas da transportadora aérea angolana resultam sobretudo da venda de bilhetes aéreos, que até aqui eram pagos (por angolanos e residentes há mais de um ano) na conversão da tarifa em dólares por kuanzas ao câmbio oficial. Ou seja, um ticket que custasse mil dólares seria pago por 550 mil kuanzas, o que no fim de semana passado significava 50 dólares. Ou seja, as receitas da TAAO — empresa pública — eram cerca de 20 vezes inferiores aos seus custos de exploração.

Em Angola chegou a haver o ruído da cerveja, entre 1977 e 1990, momento da primeira desvalorização do kuanza, como moeda de troca — podendo, com ironia, dizer-se que a moeda era extremamente líquida. Uma grade da bebida fermentada, vendida no paralelo, dava para fazer uma volta ao mundo. Se para as viagens nos aviões da TAAO os custos eram directamente sustentados pela empresa, para os tickets realizados noutras companhias havia que compensá-las através da LATVA (Associação Internacional dos Agentes de Viagens). E por várias vezes, a última das quais no passado mês de Novembro, as dividas da TAAO à LATVA ficaram por saldar e os portadores de bilhetes emitidos pela transportadora angolana ficaram nos aeroportos a espera de melhores dias. No início da semana, os pilotos da companhia fizeram uma greve exigindo os pagamentos

em atraso da componente em dólares dos salrios. A administração respondeu que, com receitas ao câmbio oficial, não pode suportar salrios de cinco mil trabalhadores que lhes permitem poder de compra ao câmbio paralelo.

Esta situação reproduz-se nas outras empresas públicas angolanas, nomeadamente nos sectores eléctrico, do saneamento básico e das comunicações. Sobre tudo depois de uma medida governamental que as obriga a comprar em dólares no mercado paralelo para pagarem os compromissos — medida do quarto trimestre do ano passado que não terá sido alheia ao disparo do valor da moeda americana, que em Agosto ainda não tinha chegado aos três mil kuanzas.

A par do leilão, a libertação da responsável da UNITA para a Economia e Finanças, Fátima Roque, e as comemorações do início da luta armada contra o colonialismo, em 4 de Fevereiro, marcaram o dia de ontem.

Fátima Roque, deixou ontem Luanda ao fim da manhã, seguindo de avião para Lisboa, depois de permanecer mais de quatro meses sob custódia do Governo na sequência dos incidentes que abalaram a capital angolana após as delegações de Setembro do ano passado.

A notícia da libertação de Fátima Roque — oficialmente transmitida pelo Presidente José Eduardo dos Santos ao primeiro-ministro português durante o encontro que o ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, teve quarta-feira com Cavaco Silva — veio ao encontro de uma série de apelos enviados pelo chefe do

Governo de Portugal ao chefe de Estado de Angola.

A libertação coincidiu com o feriado nacional de 4 de Fevereiro, que marca a data de 1961 em que principiou a luta armada pela independência. O lema foi desta vez “seguir o exemplo dos heróis do 4 de Fevereiro para que a paz e a democracia sejam uma realidade em Angola”.

Mas a paz parece distante e outro sinal disso mesmo foi a partida, no fim de semana, através de Windhoek, capital da Namíbia, de seis dezenas de observadores da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), considerada por um responsável da ONU como “temporária” e devida essencialmente às dificuldades materiais dos técnicos na sequência da ruptura do abastecimento de água a Luanda.

Um atentado atribuído pelo Governo à UNITA neutralizou, no dia 24 de Janeiro, a estação de abastecimento a Luanda, privando cidade de mais de 70 por cento da água de que necessita. A população continua a recorrer aos camiões-cisterna — pagando o litro de água mais caro que o da gasolina — esperada em que o Governo consigne rapidamente, sendo prometido, os estragos de Karibungundo.

O número de observadores da ONU em Angola era, no mês passado, de 250 pessoas, do contingente de 500 militares e policiais autorizado pelo Conselho de Segurança. A maior parte deles — 190 — regressou a Luanda, nomeadamente os que se encontravam em Huambo, quando a violência dos combates aumentou por todo o país.

António Matos, em Luanda

“Façamos um bom combate”

MUNDO
SOMMOCA, 1 FEVEREIRO 1980

A UNITA não participará na ronda negocial de 10 de Fevereiro em Adis Abeba, para o que invoca “problemas logísticos”. A decisão foi anunciada por um comunicado pessoal de Savimbi. As Nações Unidas estranharam a decisão. Os combates parecem prosseguir na maior parte do território angolano.

Um comunicado de Jonas Savimbi, na qualidade de “presidente e alto comandante das FALA”, enviado por fax às agências e à imprensa, informa que a delegação que participou nas anteriores conversações na capital etíope ainda não pôde regressar

ao Huambo para informar “os seus colegas do interior”. Nestes termos, o negociador da UNITA, Jaba Jamba, deverá acordar novas datas com a representante da ONU, Margaret Anstee.

Em Luanda, uma fonte da Unavem II declarou à Lusa desconhecer a decisão de Savimbi. “Petrinho que a UNITA não nos tenha comunicado essa sua decisão, se é que é verdadeira, pois neste momento está tudo preparado para que a reunião se efectue na data prevista.”

A mesma fonte considerou que as razões logísticas invocadas não tinham “cabimento”. Os negociadores da UNITA encontraram-se no Gabão e, se não se deslocaram ao Huambo, “isso é um problema da UNITA”, pois a ONU ofereceu-se para resolver os eventuais problemas de transporte.

No mesmo comunicado, “ditado no Huambo”, na sexta-feira, e subscrito pelo secretário-geral da presidência da UNITA, Elias Malungo da Costa Pedro, Jonas Savimbi anuncia para hoje a libertação dos “estrangeros capturados” no Suro, advertindo que a aviação governamental não deve reintervir na operação.

Dois outros pontos merecem relevo. No primeiro, Savimbi põe em causa as recentes propostas de Jorge Valentim sobre a federalização de Angola. “A delegação do dr. Jorge Albertes Valentim, secretário da Informação da UNITA, que protagonizou uma constituição federal para Angola, é de responsabilidade pessoal, conforme ele próprio frisou. Não são sugestões a atribuir à direcção da UNITA,

nem é isto que ocupa as nossas mentes neste momento crítico da História pátria.”

Numa outra passagem, ao mesmo tempo que ainda a libertação de Fátima Roque, alude ao caso dos seis generais da UNITA, “sob custódia” em Luanda, que se declararam prontos a reintegrar as Forças Armadas Angolanas (FAA).

Diz Savimbi: “Quanto à criação de uma outra UNITA, é um projecto certo a José Eduardo dos Santos, velho de dez anos, que nunca me preocupou. Os que quiserem voltar-se por um prato de lentilhas sabem que em trato para o circo do Dos Santos, onde velhos macacos já têm os músculos destemperados e fãrão a sua vez.”

Após uma longa denúncia de “massacres” e de “fraude” eleitoral, Savimbi diz recusar uma reconciliação nacional proposta por Luanda, que “não nos enganar, não nos propõe três



Combates aumentam e a fome também Luanda pondera mobilização geral

PÚBLICO

O AUMENTO das acções de guerra contrastou ontem com a concertação de esforços da comunidade internacional para aproximar os beligerantes e com as declarações do Presidente angolano no sentido de manter abertas as portas do diálogo e uma segunda ronda negocial em Adis Abeba, marcada para dia 10.

Vários projectos de lei restabelecendo o recrutamento obrigatório e permitindo a mobilização geral deverão ser analisados amanhã em Conselho de Ministros. O "Jornal de Angola" fala de três textos: um projecto de lei "das Forças Armadas e de Defesa", um segundo sobre "serviço militar obrigatório e um outro relativo à "segurança nacional".

O serviço militar obrigatório de três anos para os jovens entre os 18 e os 30 anos tinha sido suspenso na sequência dos acordos de Bicesse, de Maio de 1991, mas, independentemente do seu restabelecimento, os três diplomas parecem dar ao Presidente José Eduardo dos Santos, segundo fontes da AFP, um quadro legal para instaurar medidas excepcionais como o estado de sítio ou de emergência. E, a partir daí, a mobilização geral.

A linguagem governamental tornou-se mais ameaçadora. Falando aos sobreviventes do 4 de Fevereiro de 1961, quando começou a luta contra a colonização portuguesa, o primeiro-ministro disse ontem que "ou essa gente volta a observar a lei ou então os

angolanos têm de assumir, uma vez mais, as suas responsabilidades" para pôr fim à actual situação de guerra que assola o país.

Marcolino Moco — que anunciou que o dia 4 de Fevereiro passa a ser feriado nacional, depois de um interregno de um ano, durante a aplicação dos acordos de paz — exigiu na mesma ocasião que a comunidade internacional "assuma as suas responsabilidades", pois "acompanhou todo o processo de pacificação e democratização do país, no qual o Governo e os partidos políticos cumpriram as suas obrigações". Savimbi "só entende a linguagem da guerra", disse.

Combates aumentam

Os confrontos redobram de violência nas cidades do Huambo, Menongue, Luena, províncias de Cuanza Sul, Benguela e Bié, afirma um comunicado militar governamental enviado à agência Lusa. Segundo a nota, a UNITA sofreu 19 mortos na segunda cidade do país, onde 20 civis terão morrido durante um bombardeamento rebelde a um templo adventista onde estavam abrigados. Trinta e quatro populares terão sido capturados pelos homens de Savimbi em Caquiengue, a 20 quilómetros de Huambo. Ainda segundo a mesma fonte, forças governamentais recuperaram a comuna do Conda, Cuanza Sul, matando 20 rebeldes, reocuparam a comu-

na de Catenguele e o município de Bocoio, província de Benguela, e mataram 20 guerrilheiros, todos oficiais, "em uma acção relâmpago" no Bié. Um alferes das FALA (exército da UNITA) foi morto segunda-feira, quando procurava com outros dinamitar a ponte sobre o rio Kumbé. A nota refere ainda a morte de cinco inimigos em combates a 17 quilómetros de Menongue.

O PÚBLICO apurou, por outro lado, em Luanda, que um "ninja" (soldado da polícia de choque) foi morto em Cabinda por elementos não identificados. Dez militares da organização rebelde apoderaram-se segunda-feira de duas carrinhas e fugiram para o Zaire.

Seis oficiais superiores da UNITA não esperaram por um volte-face no teatro de guerra e anunciaram, em conferência de imprensa, na capital angolana, a sua integração nas forças governamentais. Os seis militares, entre os quais o general Peregrino Huambo, ex-chefe dos serviços de Informação da UNITA, tinham deixado, com cinco outros membros da organização rebelde, o Estado-Maior do Exército nacional, em Outubro de 1991, na sequência dos acordos de paz.

O ministro das Relações Exteriores angolano rejeitou ontem, em Lisboa, a proposta de criação de uma federação em Angola, formulada esta semana pelo ministro da Informação da UNITA, Jorge Valentim, aos microfones da Vorgan, a emissora rebelde. Venâncio de Moura, que ontem foi recebido durante 45 minutos pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, disse que a solução preconizada por Jonas Savimbi — uma "República do Sul de Angola" — "quebraria a ordem jurídica internacional sobre a matéria". ■

Fernando Sousa,
com António Matos, em Luanda

PÚBLICO

UNITA LIBERTA PORTUGUESES DETIDOS NO SOYO — A garantia de que os cidadãos portugueses retidos no Soyo serão libertados no próximo domingo foi dada ontem por um representante da UNITA chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esta foi a terceira vez que elementos da UNITA foram chamados ao Palácio das Necessidades durante as duas últimas semanas. Desta vez, a UNITA assegurou a libertação dos portugueses, de modo a que possam ser transportados por um avião da empresa Fina, que se encontra em Libreville e provavelmente seguirá para o Soyo durante o dia de hoje (ver p. 18). Um diplomata português embarcou já para Libreville, a fim de acompanhar o regresso dos portugueses, cuja chegada a Lisboa está prevista para a próxima terça-feira, após uma escala em Bruxelas.

SÁBADO, 6 FEVEREIRO 1993

MORTES NO HUAMBO — Pelo menos 20 civis foram ontem mortos no Huambo, devido a um bombardeamento que destruiu as instalações da Igreja Adventista no centro da cidade, durante violentos combates entre as forças governamentais e da UNITA. Fontes militares do governo disseram, em Luanda, que este bombardeamento era uma acção das forças de Jonas Savimbi. Entretanto, o ramo espanhol da organização humanitária Médicos Sem Fronteiras decidiu suspender os projectos que mantinha em Angola. Cerca de 20 médicos espanhóis tinham em marcha três projectos de ajuda em zonas de crise.

Greve I

OS PILOTOS da TAAG voltaram ontem ao trabalho, depois de três dias de greve por atraso no pagamento da parcela em divisas do respectivo salário. O principal problema da companhia aérea angolana é a prática de preços surrealistas. Para angolanos e residentes há mais de um ano, uma viagem Luanda-Cabinda custa três dólares; um bilhete Luanda-Lisboa-Luanda compra-se com os kuanzas obtidos no mercado paralelo a troco de 67 dólares — quando o custo real deste trajecto é superior a mil dólares norte-americanos. ■

Greve II

OS TAXISTAS de Luanda estiveram parados ontem. Uma forma de protesto contra a extorsão de que são vítimas pelos polícias, que têm o hábito de pedir "dinheiro para beber uma gasosa". Segundo o "Jornal de Angola", um agente da polícia arrecada entre 80 e 100 mil novos kuanzas por dia (um salário elevado na administração pública). Falta dizer que os taxistas em Luanda conduzem normalmente carrinhas de oito lugares, onde chegam a meter mais de 20 pessoas. ■

QUINTA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1993

Água

EM ALGUMAS torneiras de Luanda, a água voltou a correr ontem, pouco mais de uma semana depois da sabotagem da UNITA à estação de tratamento. Água barrenta e apenas na parte mais baixa da cidade — a Maianga. Mais 15 dias, pelo menos, é o tempo de espera para que 50 por cento do abastecimento seja restabelecido. ■

Cólera

O "JORNAL de Angola" noticiava ontem um surto de cólera em Luanda, desde Novembro, com características até aqui desconhecidas. Os Médicos Sem Fronteiras belgas estão preocupados com a possibilidade de a falta de água agravar a situação. ■

Federação

UM porta-voz da UNITA considerou, na segunda-feira à noite, que uma federação de regiões angolanas seria a "solução conveniente" para resolver os problemas do país. A ideia foi defendida aos microfones da Vorgan, a rádio de Savimbi, pelo ministro da Informação, Jorge Valentim, que não disse se a proposta será apresentada na próxima ronda de conversações com o Governo. Luanda fez publicar, há uma semana, documentos capturados pelas forças governamentais, em Huambo, segundo os quais os rebeldes preparariam a divisão do país em "duas Angolas". ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1993

Cabo Verde

Veiga perde poderes

EMBORA REELEITO presidente do Movimento para a Democracia (MpD), o primeiro-ministro Carlos Veiga saiu derrotado da Convenção Nacional do seu partido que terminou no domingo de madrugada na Cidade da Praia. Depois de três dias, os delegados elegeram a nova Direcção Nacional de 45 membros, a Comissão Política Nacional e o novo Conselho Jurisdicional, compostos respectivamente por 15 e sete elementos.

Ao contrário do anunciado no dia da abertura, os trabalhos desta Convenção estiveram praticamente vedados à imprensa, que se viu confrontada com medidas de segurança jamais vistas em Cabo Verde. Tal facto ficou a dever-se, segundo os delegados, "ao clima franco e aberto" em que decorreram as discussões à volta da revisão dos estatutos e da moção de estratégia, elaborada por Carlos Veiga.

Este, aliás, foi o primeiro a pedir a retirada da imprensa da sala no momento em que ia intervir sobre os poderes do presidente do MpD. Doravante, enquanto chefe do Governo, Carlos Veiga passa a depender da Comissão Política sempre que pretender adoptar determinadas medidas, nomeadamente no que se refere à formação do Governo.

Também aqui se procurou fazer crer que tal facto vem apenas consagrar uma prática que já vinha decorrendo no MpD. Todavia, parece certo que Carlos Veiga não terá ficado de todo satisfeito.

Por outro lado, os resultados das eleições dos órgãos dirigentes do MpD confirmam que nem tudo foi pacífico nestes três dias de discussão. Com efeito, dos novos órgãos, a composição da Comissão Política Nacional mostra um claro predomínio da ala radical, com a ala de Carlos Veiga em franca minoria.

Embora continue a ser uma figura consensual no MpD, ficou patente que Carlos Veiga já não reúne à sua

volta a unanimidade de outrora. Simbolicamente, e ao contrário da primeira Convenção, realizada há dois anos, o presidente do MpD foi reeleito por 229 votos a favor, seis contra, quatro abstenções e dois nulos.

Para a eleição da Comissão Política duas listas concorreram — uma consensual, encabeçada por Eurico Monteiro e apoiada por Carlos Veiga — e outra assumidamente minoritária, que teve à testa Daniel Lobo. Dos 15 elementos, eleitos através do método proporcional, a segunda lista conseguiu eleger quatro, o que surpreendeu os observadores presentes na Convenção. O mesmo aconte-

ceu em relação ao Conselho Jurisdicional — dos seus sete membros, a lista minoritária conseguiu eleger dois.

Ao discursar no encerramento da Convenção, Carlos Veiga conclamou os seus companheiros ao trabalho. Segundo ele, desta Convenção saiu um "MpD mais reforçado e mais galvanizado", capaz de vencer as eleições de 1996, de modo a continuar o programa de "mudar Cabo Verde".

Nos três dias em que decorreu a segunda Convenção do MpD, os cerca de 250 delegados analisaram o caminho percorrido pelo partido nestes dois últimos anos e as causas do desgaste que neste momento enfrenta na sociedade cabo-verdiana. Assim, orientações foram dadas no sentido de dar nova ênfase ao partido, que além de acções no domínio empresarial e da comunicação social, passa a ter um corpo de profissionais a tempo inteiro.

Outra área que deverá igualmente sofrer alguma alteração é o Governo, que foi bastante criticado pelos delegados. Tudo leva a crer que Carlos Veiga será agora obrigado a proceder a uma nova remodelação ministerial, de modo a introduzir no executivo o dinamismo que as suas bases esperam dele. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Um ‘pacificador’ vindo de Pretória

EXPRESSO 6-2-93

O PROCESSO de implementação do Acordo Geral de Paz em Moçambique está a decorrer com alguns atrasos, mas tem pelo menos a vantagem de contar com o apoio de praticamente todos os países vizinhos, incluindo o antigo «inimigo número um» de Moçambique, a vizinha África do Sul, que, de resto, já nomeou um seu representante para integrar uma das várias comissões criadas à luz dos Acordos.

Pieter Kruger é o nome do diplomata que deverá chegar hoje a Maputo para trabalhar a tempo inteiro na Comissão de Reintegração dos Desmobilizados (CORE), em coordenação com a missão das Nações Unidas que supervisiona o Acordo Geral de paz para Moçambique.

Pieter Kruger, de 41 anos, exerceu até agora o cargo de director-adjunto na Direcção para a África, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Pretória. Entre 1982 e 1984, foi segundo secretário na Embaixada da África do Sul no Malawi, antes de ser transferido para ocupar durante dois anos o cargo de cônsul do seu país no Perú. Foi conselheiro da embaixada da África do Sul no bantustão de Ciskei.

Para além da integração do Zimbabwe e do Quênia na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) e do envolvimento cada vez maior e positivo de Pretória no processo, há também a assinalar a confirmação, anunciada na terça-feira pelo secretário-Geral das Nações Unidas, Butros Ghali, da disponibilidade do Botsua-

na e da Zâmbia para fornecer «capacetes azuis» à Operação da ONU em Moçambique (ONUMOZ).

Outros Estados africanos incluídos na lista dos 16 países que se declararam prontos a contribuir militarmente para a manutenção do acordo de paz em Moçambique são Cabo Verde, Guiné-Bissau e Egito.

O Zimbabwe e o Malawi são os únicos países vizinhos de Moçambique que tendo mantido soldados em Moçambique durante a guerra civil — oficialmente em defesa das vias de acesso dos respectivos países (interiores) aos portos moçambicanos, vitais para as suas economias — estão agora a proceder à retirada de tropas.

Todavia, esse gesto tão pouco representa alguma hostilidade relativamente ao processo de pacificação em Moçambique, tanto mais que Robert Mugabe, antigo aliado fiel da Frelimo na luta contra a Renamo, é agora um dos «grandes amigos» de Afonso Dhlakama e os dois líderes africanos têm trocado elogios mútuos nos últimos tempos.

Entretanto, as Nações Unidas conseguiram já um consenso entre o Governo e a Renamo sobre o incio do acantonamento das respectivas tropas, previsto ainda para este mês, e quanto aos critérios dos militares dos dois exércitos a desmobilizar e a manter no activo.

Reinaldo Chilenge
correspondente
em MAPUTO

A UNTA ainda não deu ao Governo português qualquer explicação sobre os 14 portugueses que aprisionou há cerca de 15 dias na região petrolífera do Soyo. Depois das diligências diplomáticas desenvolvidas pelo embaixador António Monteiro, durante o encontro de Adis Abeba, que apresentou ao chefe da delegação da UNTA — Eugénio Manuvakola — a exigência do Governo português no sentido de uma pronta e incondicional libertação dos cidadãos nacionais, a direcção do mo-

vimento de Savimbi mantém-se silenciosa.

Depois de várias abordagens ao general Manuvakola, secretário-geral da UNTA, que tiveram o silêncio como resposta, o PÚBLICO falou em Adis Abeba com o general Paulo Gato. Afirmando que a questão dos portugueses "é lateral às negociações em curso", negou que a UNTA possa vir a considerar os trabalhadores da Fina Petróleos como prisioneiros políticos. Para além dos 14 portu-

gueses, no ataque ao Soyo foram ainda feitos prisioneiros um inglês, um italiano e um argentino.

Posto perante o facto de o Governo português e a empresa belga estarem em condições de accionar os meios marítimos e aéreos para a pronta evacuação dos trabalhadores, este general afirmou que "eles terão de ser evacuados pela UNTA". "Queremos ser nós a entregar os homens, mas ainda não há condições para isso", argumentou. ■

Radicalização em Angola após encontro de Adis Abeba

A paz mais longe

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 2 FEVEREIRO 1963

António Matos,
em Luanda

As relações tensas entre a UNTA e o Governo, acentuadas no encontro de Adis Abeba, tornaram mais remotas as possibilidades de paz para Angola. Os mediadores são agora chamados a convencer o Governo a participar no próximo encontro, dia 10, de novo na capital etíope.

As relações entre o Governo angolano e a UNTA dificilmente poderiam ser piores, como o provou o recente encontro de Adis Abeba. Do lado do Governo, não há papas na língua: "A única maneira de tratar com a UNTA é a força". Embora mais contidos na linguagem, nas atitudes os homens de Savimbi não escondem as dificuldades de relacionamento com o adversário: os elementos da delegação da UNTA que se deslocaram à capital etíope só foram almoçar ao hotel (o melhor da cidade) onde ficou alojada a delegação governamental depois desta sair para o aeroporto.

É neste clima que a mediação internacional procura conduzir com sucesso uma nova ronda negocial com vista ao cessar-fogo em Angola. E se as diplomacias portuguesa, norte-americana e russa mini-

mizam o fracasso das primeiras conversações, considerando-as "contactos exploratórios" as expectativas para o encontro do próximo dia 10 — novamente em Adis Abeba — não são animadoras. O Governo diz que só voltará à Etiópia com a garantia da assinatura do cessar-fogo, uma hipótese praticamente excluída tendo em conta as exigências da UNTA: extinção da polícia antimotim (com o regresso aos acantonamentos dos desmobilizados alegadamente incorporados nesta força paramilitar) e desarmamento dos populares.

O Governo mostra-se irredutível na manutenção dos "ninjas" — na prática, a única força que tem combatido a oposição armada — e o desarmamento dos populares — ainda que fosse um objectivo aceite pela maioria do MPLA — não é praticável a curto e médio prazo.

Que Angola teremos, então, nos próximos meses? Para esta pergunta, ninguém parece ter resposta. Os observadores do processo de paz ouvem impotentes as declarações dos militares governamentais segundo as quais "o povo angolano tem de estar preparado para o pior, porque a guerra vai aumentar de intensidade nos próximos dias face ao fracasso do encontro de Adis Abeba".

Estas palavras, do general Higinio Carneiro, contrariam radicalmente o discurso da representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para Angola, Margaret Anstee, e dos embaixadores dos países observadores do processo de paz, que procuraram destacar como principal resul-

tado do encontro o regresso ao diálogo.

As surpresas do general Gato

Do lado da UNTA, o discurso é cauteloso. O general Eugénio Manuvakola, que chefiou a delegação em Adis Abeba, falou em "clima de abertura". Na opinião de alguns analistas na capital angolana, o simples facto de ter acedido às negociações propostas pela ONU melhorou a imagem do movimento de Jonas Savimbi perante a comunidade internacional. Ao mesmo tempo, não há dúvida de que a posição militar da UNTA é forte, o que não pode ser ignorado no jogo de cedências arbitrado pelos observadores.

Para chegarem a Adis Abeba, segundo o general Paulo Gato, os elementos da UNTA viajaram desde o Huambo num avião da Costa do Marfim. Esta versão é contraditória com a do representante da ONU na capital etíope (onde está sediado o Comité Económico para África), que afirma terem sido utilizados no transporte da delegação da UNTA até Abidjan, capital marfinesa, meios aéreos da ONU.

Evidente foi a avidez com que os homens de Jonas Savimbi usufruíram do conforto que esteve à sua disposição nos cinco dias de estadia em Adis Abeba, uma cidade organizada, em que o comércio e os transportes funcionam. O general Gato, outro dos militares da UNTA que chegou a ser dado como morto na sequência dos combates em Luanda, diz,

por exemplo, que o seu dia a dia no Huambo é passado "no copo", um buraco unipessoal cavado à altura de um homem que serve de refúgio contra os bombardeamentos.

Este general foi protagonista de um episódio significativo das limitações materiais a que se habituaram os dirigentes da UNTA. Quando domingo, ao meio-dia, Paulo Gato se preparava para pagar no Hotel Hilton as despesas dos dois oficiais generais da UNTA que viajaram com a delegação governamental, Zacarias e Makenzie, ficou visivelmente surpreendido com a explicação que lhe foi dada pelo general Wyta, das Forças Armadas Angolanas. A cada um dos (antigos) companheiros de armas do general Gato tinha sido dada uma quantia em dólares (em jeito de ajudas de custo) destinada ao pagamento das suas despesas.

Zacarias e Makenzie, presos pelas forças governamentais na batalha de Luanda, tinham viajado com o Governo "para conversarem com os elementos da delegação da UNTA sobre as condições em que vivem" na capital angolana, explicou ao PÚBLICO um negociador do Governo. Do encontro que tiveram nada transpirou e partiriam para Luanda sem grandes despedidas.

Apesar de se terem mostrado dispostos a não se deslocarem a Adis Abeba no próximo dia 10, é natural que a delegação governamental venha a reconsiderar a sua posição. Pelo menos, é isso que os observadores do processo de paz vão tentar nos próximos dias. ■